MILITARES ESTADUAIS DO PARANÁ E A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA.[1]

José Eleutério da Rocha Neto[2].

RESUMO

O presente estudo contribuiu para preencher uma lacuna na historiografia da Polícia Militar do Paraná (PMPR) no tocante ao período da 2ª Guerra Mundial, relacionando eventuais militares egressos da PMPR que integraram a Força Expedicionária
Brasileira (FEB) e os integrantes da FEB que se juntaram à PMPR no pós-guerra. Para tal, além de breve revisão da literatura, procedeu-se a uma pesquisa documental nos arquivos da PMPR e do Museu do Expedicionário, no período compreendendo os anos de 1942 a 1951. Descobriram-se e se relacionaram quatro integrantes da FEB oriundos da PMPR, além de quarenta e cinco policiais militares egressos da FEB. Estudos complementares são necessários para ampliar o período pesquisado, bem como suprir limitações apontadas nesta pesquisa.

Palavras-chave: Força Expedicionária Brasileira, Polícia Militar do Paraná.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da História do Brasil, as Polícias Militares tiveram protagonismo em inúmeros momentos decisivos. Quanto à Polícia Militar do

---

[1] Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em História Militar, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em História Militar, sob orientação do Prof. Dr. Armando Alexandre dos Santos.

[2] Tenente da Polícia Militar do Paraná e pós-graduando em História Militar. E-mail: eleuterioneto@gmail.com.

Paraná (PMPR), podemos citar a Guerra do Paraguai, a Revolução Federalista – com destaque para o heroico Cerco da Lapa –, a Guerra do Contestado, a Revolta Paulista de 1924 e as revoluções de 1930 e 1932. Os principais autores ligados à História da PMPR são João Alves da Rosa Filho e, mais recentemente, João Carlos Toledo Júnior. Rosa Filho escreveu sobre diversos períodos históricos da PMPR, como a Guerra do Contestado, a Revolução de 1930, a Revolução de 1932, o Cerco da Lapa e outros. Contudo, dedicou, apenas, alguns poucos parágrafos à 2ª Guerra Mundial em "Porecatu, Sudoeste e outros episódios" (ROSA FILHO, 2003, p. 13-14). Toledo (2017), por sua vez, tratou dos conflitos da Guerra do Paraguai à Guerra do Contestado, além de apresentar um histórico geral da Corporação.

A PMPR não teve participação institucional junto à Força Expedicionária Brasileira (FEB). Por isso, trata-se de um período pouquíssimo estudado da História da Corporação. Não se tem conhecimento da participação de integrantes da PMPR junto à FEB. Entretanto, são bastante documentados pela literatura casos de expedicionários oriundos dos corpos policiais, cujo exemplo mais notório foi o Sgt. Max Wolf Filho, que deixara a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (então Polícia Militar do Distrito Federal) para se alistar para a Guerra. Parece verossímil, portanto, supor haver militares estaduais paranaenses que tenham pedido a baixa na então Força Pública do Estado do Paraná (ou mesmo, dela desertado) para se alistarem na FEB. Por outro lado, já se conhece, por meio da tradição oral, notícia de excombatente da FEB que incorporou na PMPR no pós-guerra – o Sgt. Alexandre Salata.

Diante desta lacuna detectada na literatura, traçamos como objetivo desta pesquisa relacionar, se houve, os militares egressos da PMPR que integraram a FEB, bem como os integrantes da FEB que se juntaram à PMPR no pós-guerra.

2 METODOLOGIA

Para atingir o objetivo, iniciamos com uma breve revisão da literatura pertinente. A seguir, procedemos a uma pesquisa documental junto ao Arquivo-Geral da PMPR. Foram analisados todos os Boletins-Gerais da corporação no período de 1º de janeiro de 1942 a 31 de dezembro de 1951, perfazendo dez anos de documentos pesquisados. O período foi escolhido de forma a contemplar os meses que antecederam a Guerra e a tornar viável a revisão documental dentro dos prazos estipulados. Relacionaram-se os militares excluídos das fileiras da PMPR no período compreendido entre 1º de janeiro de 1942 e 31 de março de 1945. Também relacionamos os militares incluídos nas fileiras da PMPR de 1º de março de 1945 a 31 de dezembro de 1951. A pesquisa foi realizada *in loco,* de 9 a 13 de março de 2020, ao passo que a análise e a compilação dos dados coletados se deu de 14 a 29 de março de 2020.

Em seguida, comparamos as relações extraídas na etapa anterior com a lista dos integrantes da FEB. Duas versões desta lista foram utilizadas: uma cópia física (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [19--]), fornecida pelo Museu do Expedicionário, em Curitiba/PR, e uma planilha digital (RELAÇÃO, [2014?]), fornecida pela Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira de São Paulo, que se trata de uma transcrição dos dados da lista física. Ainda que desconhecida a autoria desta planilha, seus dados são perfeitamente condizentes com a literatura, além de ter sido fornecida por uma associação idônea. Há nela 25.363 (vinte e cinco mil, trezentos e sessenta e três) entradas, sendo algumas em duplicidade, ao passo que o Mal. Mascarenhas de Moraes (1960, p. 26), Comandante da FEB, cita um efetivo total de
25.334 (vinte e cinco mil, trezentos e trinta e quatro) militares que compuseram a força. A conferência entre as listas foi realizada manualmente, posto que eram esperadas variações nos nomes, provenientes de erros de grafia – muito comuns à época –, e foi realizada de 30 de março a 6 de abril de 2020.

As correspondências encontradas nas listas tiveram seus dados pessoais comparados com os dados constantes na Relação de Associados da Legião Paranaense do Expedicionário (LEGIÃO, [19--])[3] e nas fichas dos expedicionários associados, todos consultados junto ao Museu do Expedicionário, em Curitiba, dias 7, 8, 9 e 23 de abril de 2020.

Fez-se necessária nova pesquisa junto ao Arquivo-Geral da PMPR, para que se complementassem os dados pessoais dos militares paraenses excluídos, realizada em 13 de abril de 2020. Assim, foram buscados seus assentamentos funcionais nos livros de registros das unidades da PMPR a que pertenciam quando de sua exclusão.

3 HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

As Polícias Militares do Brasil remontam a antes da independência, com a criação da Guarda Real de Polícia, em 1809, com modelo militar (RIBEIRO, 2011, p. 3). Sua consolidação se deu durante o período regencial (IBID., p. 1). Historicamente, muitos corpos de Polícias Militares foram ocupados por militares do Exército cedidos. Porém, foi durante a Guerra do Paraguai que as Polícias Militares se aproximaram definitivamente do Exército, atuando como forças auxiliares, tendo incorporado unidades de infantaria (IBID., p. 3).

Logo após a independência do Brasil, em 9 de setembro de 1822, o imperador Pedro I autorizou a formação de uma guarda cívica na província de São Paulo, que jurasse a defesa da Independência (CARNEIRO, 1997, p. 249). A primeira organização policial em solo paranaense foi a Companhia de Municipais Permanentes, criada em 10 de março de 1836, contando com um comandante e cinquenta praças (IBID., p. 251), que se sediava na região de Rio Negro – então chamada “Sertão da Mata”. Destacamentos adicionais foram

[3] Estima-se que quase a totalidade dos expedicionários que passaram a residir no Paraná ou em Santa Catarina no pós-guerra filiaram-se à Legião. Desta forma, eventuais homônimos que não encontrassem correspondência junto à relação de associados dificilmente tenham permanecido no Estado e, pois, dificilmente teriam se juntado à PMPR.

criados para a Estrada do Viamão e para os campos de Palmas. Em 1837, autorizou-se o recrutamento da Companhia dos Destacamentos de Polícia para a Comarca de Curitiba, a cargo de Silva Machado – que, futuramente, tornar-se-ia Barão de Antonina (IBID., p. 251). A organização desta força policial foi prejudicada pela Revolução Farroupilha, em cujo combate também se empregou o efetivo da Companhia de Municipais.

Nesse contexto, a PMPR foi criada em 1854 pelo presidente da Província do Paraná, Zacarias de Goes e Vasconcellos, por meio da Lei nº 7, de 10 de agosto de 1854. Foi uma decorrência natural da emancipação em relação à província de São
Paulo, ocorrida a 19 de dezembro de 1853. A PMPR foi inicialmente denominada Companhia de Força Policial (ESTADO DO PARANÁ, 1854) e foi concebida como uma unidade de infantaria ligeira. Em abril de 1855, os municipais permanentes do sertão da Mata, do Viamão e de Palmas são extintos (CARNEIRO, p. 253).

Com a eclosão da Guerra do Paraguai, houve a convocação imperial, sacramentada pelo Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865. No entanto, o seu diminuto efetivo impediu que a Companhia de Força Policial fosse diretamente transformada em Corpo de Voluntários da Pátria – os corpos tinham valor de Batalhão –, diferentemente do que ocorreu com polícias de outras províncias (ROSA FILHO, 2000). Por isso, para atender à convocação, integrantes da Companhia de Força Policial passaram a se apresentar espontaneamente aos corpos de voluntários da pátria que estavam sendo organizados em território paranaense (IBID.). Até o final de 1867, 54 militares estaduais haviam se juntado aos Corpos de Voluntários da Pátria (TOLEDO, 2017, p. 24). Ainda que a Companhia da Força Policial não tenha, portanto, participado de forma institucional da Guerra do Paraguai, esta é considerada o batismo de fogo da Polícia Militar do Paraná.

Das atuações dos militares paranaenses no conflito, destacamos a participação nas batalhas do Tuiuti, em 24 de maio de 1866, e do Humaitá, em

19 de fevereiro de 1868 (ROSA FILHO, 2000). A atuação de maior relevância dos milicianos[4] paranaenses se deu no resgate da Bandeira Imperial do Brasil do palácio do ditador paraguaio Solano Lopez, por Fidêncio Lemos do Prado, Clarimundo José da Silva e Antonio Roberto, em 5 de janeiro de 1869 (IBID.). A bandeira se encontrava no gabinete de Lopez[5], em Assunção, onde era usada como tapete, em frente à sua cadeira (IBID.). O pavilhão havia sido tomado, junto de outro igual, do Vapor Marquês de Olinda. Atualmente, integra o acervo do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. A outra bandeira tomada do Marquês de Olinda também fora destinada a tapete, no Quartel General do Humaitá (IBID.).

A Companhia de Força Policial teve sua denominação alterada repetidas vezes. O art. 2º da Lei nº 36, de 5 de julho de 1892, alterou a denominação para Regimento de Segurança do Estado do Paraná, que permaneceria até a sua união com o Corpo de Bombeiros, formando a Força Militar do Estado do Paraná, em 1917.

O Regimento de Segurança do Estado do Paraná atuou heroicamente para retardar o avanço dos revoltosos durante a Revolução Federalista entre 1893 e 1894, ombreado com o Batalhão Patriótico 23 de Novembro, criado pelo Governador do Estado do Paraná e formado por voluntários (ROSA FILHO, 1999). Após a capitulação das guarnições de Paranaguá, Tijucas – hoje Tijucas do Sul/PR – e da capital, Curitiba[6], a guarnição da cidade da Lapa resistiu a 26 (vinte e seis) dias de cerco, num combate até o último cartucho que custou a vida de inúmeros combatentes, incluindo seus comandantes (IBID.). Alguns militares paranaenses sobreviventes dos combates se juntaram a tropas estacionadas em São Paulo e participaram da retomada do Estado, em maio de 1894 (IBID.). A maioria das praças que capitularam, no entanto, foram obrigadas

---

[4] O termo é historicamente usado para se referir aos militares dos Estados do Brasil. Em sua acepção original, milícia designa um grupo armado, geralmente militarizado, mas que não integra as forças armadas de um país.

[5] Atualmente o local abriga a *Comandancia de la Policía Nacional del Paraguay*.

[6] A capital havia sido temporariamente transferida para Castro-PR (ESTADO DO PARANÁ, 1894).

a integrar o Regimento Policial do Paraná, instituído pelo governo revolucionário até a retomada do Estado, quando foram indultados e reintegrados ao Regimento de Segurança do Estado (IBID.).

Em 1912, o Regimento de Segurança foi novamente demandado para um conflito interno (TOLEDO, 2017, p. 49). Uma revolta de contornos messiânicos, ocorrida em uma região de litígio entre os estados do Paraná e Santa Catarina – de onde adveio o nome de Guerra do Contestado – passou a ameaçar as cidades paranaenses de Palmas, no atual sudoeste, e Irani, hoje pertencente ao Estado de Santa Catarina (ROSA FILHO, 1998a). Após o deslocamento das tropas paranaenses, em 22 de outubro de 1912, a Batalha do Irani ceifou inúmeras vidas, como as do comandante do Regimento de Segurança, Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, e do líder revoltoso, Miguel Lucena de Boaventura (mais conhecido como José Maria do Santo Agostinho) (IBID.). Mesmo assim, os revoltosos conseguiram repelir as tropas paranaenses, retirarem-se e se reorganizarem (ID., 1998b). A revolta assumiu características de guerrilha, pulverizada pelo território. O último reduto revoltoso, denominado Santa Maria, capitulou aos primeiros dias abril de 1915 (IBID.). O Regimento de Segurança teve destacada participação nos confrontos, sobretudo através do “Batalhão Tático”, fração de tropa paranaense ligada à Coluna Leste. Por isso estar ligado às tropas federais, poderia atuar na zona litigiosa, fora da circunscrição do Estado (IBID.). O litígio teve fim com um acordo entre os estados, em 20 de janeiro de 1916, levado a cabo por uma série de legislações em 1917 (IBID.).

A Primeira Guerra Mundial novamente mobilizou o país em torno de um conflito. O Regimento de Segurança paranaense ofereceu seus homens para, mais uma vez ombrearem o Exército Brasileiro em um conflito (ROSA FILHO, 2001, p. 1112). Devido à mobilização nacional, em 9 de julho de 1917, pelo Decreto nº 473, o Regimento de Segurança foi transformado em Força Militar do Estado do Paraná, passando à condição de força auxiliar ao Exército (IBID., p. 12-13), e passando a ostentar diferentes armas, como uma companhia de

Bombeiros (IBID., p. 13). Apesar disso, a participação das tropas da PMPR se limitou à mobilização, posto que o Brasil não enviou tropas regulares para lutarem no conflito.

A Força Militar participou ativamente dos combates da Revolução de 1924, disponibilizando o 1º Batalhão de Infantaria da Força Militar (BIFM) ao governo federal (IBID., p. 23). O 1º BIFM retornou a Curitiba em 22 de março de 1925 (IBID., p. 68), após ter sido substituído pelo 2º BIFM (IBID., p. 64-66). A Força Militar foi por completo desmobilizada em 1º de julho de 1925 (IBID., p. 66). No entanto, seria novamente mobilizada em 22 de novembro de 1926 (IBID., p. 79) e permaneceria a combater as remanescências da revolução até dezembro de 1927 (IBID., p. 89).

Em 1928, o decreto n.º 324, de 9 de abril de 1928, desanexou o Corpo de Bombeiros da Força Militar (ESTADO DO PARANÁ, 2000). Durante a Revolução de 1930, atendendo ao pedido do governador que renunciava no sentido de evitar o derramamento de sangue, a Força Militar paranaense abriu caminho para a revolução, tendo aderido a ela após troca de comando (ROSA FILHO, 2002, p. 14-15).

Em 25 de junho de 1932, pelo decreto nº 1.505 (ESTADO DO PARANÁ, 2000), a Força Militar passou a se chamar Polícia Militar e se uniu novamente ao Corpo de Bombeiros, formando a Força Pública do Estado do Paraná. Na Revolução de 1932, a Força Pública do Estado do Paraná constituiu a *Coluna Plaisant* e incorporou o Exército Sul (ROSA FILHO, 2004, p. 17), tendo sido mobilizada em 12 de julho de 1932. Combateu os revoltosos na região do Vale da Ribeira (SP) (IBID.), até ser desmobilizada, em 8 de outubro de 1932 (IBID., p. 28).

Em 31 de agosto de 1942, o Decreto nº 10.358 declarou Estado de Guerra em todo o território nacional, frente aos inúmeros ataques nazifascistas a embarcações brasileiras. A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi estruturada apenas em 9 de agosto de 1943, pela Portaria Ministerial nº 4.744,

do Ministério da Guerra (RODRIGUES, 2019). Foram mobilizados cerca de 25 mil homens, de todo o território nacional (MOURA, 2012).

Conforme apontado por Moura (2012), os paranaenses que se juntaram à Força Expedicionária Brasileira foram majoritariamente alocados no 11º Regimento de Infantaria, também havendo alguns expedicionários paranaenses no 1º e no 6º regimentos. O autor (IBID.) constatou, no entanto, que a identificação dos expedicionários era maior em relação às suas unidades que em relação aos seus Estados de origem.

Como falamos anteriormente, não houve participação direta da então denominada Força Pública do Estado do Paraná junto à FEB. A Força Pública permaneceu mobilizada para o esforço de guerra no período de 25 de setembro de 1942 a 8 de maio de 1945 (ROSA FILHO, 2003, p. 13)[7].

Rosa Filho (2003, p. 14) citou duas curiosidades sobre integrantes da Força Pública no período. O 2º Sgt. Waldomiro Hetchko atuou na tradução de alguns documentos para a Campanha de Nacionalização – conduzida pelo governo Vargas para reduzir a influência cultural de imigrantes, sobretudo os oriundos de países do Eixo. Em 10 de fevereiro de 1942, antes mesmo de a guerra ser deflagrada, o Sd. Otto Ernesto Goebel[8] foi excluído das fileiras da corporação por assobiar o hino nacional alemão e algumas canções alemãs.

Em verdade, há pouco conhecimento produzido sobre a Corporação no período. São necessárias pesquisas documentais para que se conheça mais sobre a atuação da Força Pública do Estado do Paraná no período varguista.

Em 14 de dezembro de 1946, pela Lei nº 73, o Corpo de Bombeiros foi transferido para as esferas municipais (ESTADO DO PARANÁ, 2000). Em 17 de dezembro de 1946, através do decreto nº 544, a Força Pública do Estado do

---

[7] Há um evidente erro de digitação na obra de Rosa Filho (2003). Este afirma que o período de mobilização se deu “de 25 de setembro de 1942 a 8 de maio de 1954” (IBID., p. 13). No entanto, logo adiante, o autor fala em um tempo de “2 anos, 7 meses e 13 dias”, que seria completado em 1945. [8] A obra de Rosa Filho apresenta o nome “Otto Ernesto Goebrl”. Após consulta ao Boletim-Geral que publicou sua exclusão, constatou-se o erro de grafia na obra mencionada. Foi encontrada também a grafia “Oto Ernesto Goebel” junto aos seus assentamentos funcionais da Companhia Escola da F. Pública.

Paraná passou a ser chamada Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR[8]). Em 25 de novembro de 1948, a Lei nº 155 trouxe novamente o Corpo de Bombeiros para dentro da PMPR, situação mantida pela Constituição Estadual de 1989. É incerto o momento em que se deixou de empregar o nome "Polícia Militar do Estado do Paraná" em detrimento a "Polícia Militar do Paraná". O último emprego legal encontrado[9] do primeiro se deu na Lei nº 12.066, de 4 de fevereiro de 1998, havendo alternância entre os termos em textos legais anteriores.

Durante a Revolução de 1964, a PMPR foi grandemente mobilizada, disponibilizando parte do efetivo ao comando da 5ª Região Militar (ROSA FILHO, 2003, p. 53). Curiosamente, apresentaram-se, inclusive, militares estaduais da Reserva, Reformados e aqueles que se encontravam em gozo de dispensas e outros afastamentos temporários. A PMPR também disponibilizou espaço para uma "Prisão Provisória de Civis, onde eram recolhidos colaboracionistas da esquerda" (IBID., p. 53). O estado de prontidão foi suspenso em 20 de abril de 1964, tendo o país voltado à normalidade (IBID., p. 53). A PMPR ainda participou ativamente da repressão às atividades de grupos ligados ao movimento guerrilheiro brizolista Grupo dos Onze, no sudoeste paranaense, em 1965 (IBID., p. 54).

As Polícias Militares foram mantidas na estrutura do Estado Brasileiro na Constituição de 1988, inclusive seus caráteres militar e de forças reservas do Exército. Desde a redemocratização, não houve mais registros de conflitos militares que demandaram a mobilização das Polícias Militares enquanto reserva do Exército[10], mantendo-se a atuação dos miliares estaduais restritas à sua atribuição principal na

---

[8] À época, também era comum encontrar o uso do acrônimo PMEP.

[9] Sistema Estadual de Legislação da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, disponível no website < https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/entradaSite.do?action=iniciarProcesso>. Consulta pelo *string* "Polícia Militar do Estado do Paraná" no campo Termos, opção "Texto Completo", em 29 out. 19.

[10] Com as honrosas, mas pontuais, exceções dos militares estaduais convocados via Comando de Operações Terrestres (COTer) para comporem missões de paz.

Segurança Pública. Os alarmantes números da criminalidade no país, com índices de mortalidade semelhantes aos de zonas de guerra conflagrada, criaram um fenômeno curioso. As Corporações estaduais lentamente foram adotando uma cultura militar própria, mais distante da realidade de tropas aquarteladas e formadas por conscritos – como é o caso das Forças Armadas brasileiras – e mais próxima da cultura de tropas profissionais ocidentais atuantes em zonas de guerras. A natureza dessa diferença cultural, por si, pode ser objeto de inúmeros estudos, sobre o prisma de diversas áreas do conhecimento.

4 RESULTADOS DA PESQUISA JUNTO AO ARQUIVO-GERAL DA PMPR

De 1º de janeiro de 1942 a 31 de março de 1945, foram registradas 500 exclusões das fileiras da PMPR. Foram desconsideradas as exclusões referentes a transferências para o Corpo de Bombeiros, em 19 de julho de 1943, e para a Guarda Territorial do Iguaçu, força de segurança ligada ao Governo Federal, em 6 de julho de 1944. Igualmente foram desconsideradas duas exclusões tornadas "Sem efeito" em publicações posteriores. Há diversas entradas multiplicadas, referentes a policiais excluídos que foram reincluídos em momento posterior e novamente excluídos. A maioria delas diz respeito a desertores, que foram reincluídos quando recapturados[11], mas novamente excluídos após condenados pelo crime militar. Esse número é irrelevante para o presente estudo.

Convém abrir parêntesis neste ponto para descrever o procedimento de ingresso dos policiais militares no período estudado. O voluntário se alistava na Força e era submetido a testes regulamentares. Se aprovado e atendesse aos demais quesitos legais, era incluído na corporação e submetido a um período de ensino e estágio. Aqueles que não possuíam experiência militar ou que eram reservistas de 3ª Categoria eram considerados "recrutas no ensino". Por outro

[11] Esse procedimento é praxe até os dias atuais, sendo previsto no Código Penal Militar.

lado, caso o voluntário já tivesse experiência militar anterior, era considerado "pronto no ensino" e iniciava diretamente o período de estágio. O registro da inclusão dos voluntários fazia constar suas situações militar e de ensino – que acabamos de descrever. O voluntário era incluído por um período de três anos, após o que, poderia ser "reengajado" por igual período, ou ser excluído dos quadros da PMPR por ter findo seu tempo de serviço. Após sucessivos reengajamentos, ao completar dez anos de serviço, o policial militar aquiria "estabilidade" e seguia carreira por tempo indeterminado.

Durante a pesquisa aos Boletins-Gerais de 1º de março de 1945 a 31 de dezembro de 1951, foram encontradas 2.229 (duas mil, duzentas e vinte e nove) inclusões de militares estaduais em diversas unidades da PMPR. Além disso, outras 10 inclusões que foram tornadas "Sem Efeito" em momento posterior. Deste total, foram descartados os militares jovens demais para terem integrado a FEB (nascidos após 1926), bem como os considerados "recrutas no ensino" – pois, sem experiência militar anterior. Após esta triagem, restaram 964 (novecentos e sessenta e quatro) entradas a serem conferidas.

Já de início, encontraram-se 34 (trinta e quatro) militares incluídos, em cujos registros de inclusões constava serem provenientes da Força Expedicionária
Brasileira[12].

Durante a segunda pesquisa realizada junto ao órgão, pesquisaram-se os dados pessoais – data de nascimento, naturalidade e filiação – dos militares excluídos da PMPR cujos nomes coincidem ou guardam elevada semelhança com os de integrantes da FEB, após cumprida a etapa descrita a seguir.

5 COMPARAÇÃO ENTRE AS RELAÇÕES OBTIDAS

Comparando-se a relação dos militares excluídos com a planilha de militares da FEB, revelaram-se 26 (vinte e seis) nomes coincidentes ou que

[12] Em tese, apresentaram, para a sua inclusão, Certificado de Reservista emitido pela FEB.

guardam muita semelhança entre si. Foram desconsiderados aqueles cujas datas de exclusão são incompatíveis com as datas de embarque de seus homônimos febianos, os que foram reincluídos antes do retorno de seus homônimos da FEB e os excluídos por incapacidade física ou mental, por terem sido reformados e por falecimento.

Dentre os 34 (trinta e quatro) militares que foram incluídos como integrantes da FEB, não se encontraram correspondências nas listas para os seguintes:

1. Olindo Justino dos Passos, incluído na PMPR em 4/4/1946;
2. Sílvio da Paz, incluído na PMPR em 18/5/1948; e
3. Antonio Camargo Ribas, incluído na PMPR em 28/5/1948.

Comparando-se a relação de militares incluídos com os dados da planilha de militares da FEB, bem como com os volumes da lista de integrantes da FEB, encontraram-se 98 (noventa e oito) nomes coincidentes ou muito semelhantes – além dos outros 34 (trinta e quatro) mencionados anteriormente.

6 RESULTADOS DA PESQUISA JUNTO AO MUSEU DO EXPEDICIONÁRIO

Foram coletados os dados pessoais dos febianos cujos nomes correspondiam aos dos: 34 (trinta e quatro) policiais militares incluídos como integrantes da FEB, 26 (vinte e seis) policiais militares excluídos que passaram pelo crivo das etapas anteriores e 98 (noventa e oito) policiais militares incluídos que passaram pelo crivo das etapas anteriores. No total, pesquisaram-se os dados de 2.515 (dois mil, quinhentos e quinze) integrantes da FEB.

Como nesta etapa foram detectados integrantes da FEB que não constavam em ambas as listas utilizadas inicialmente (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [19--], e RELAÇÃO, [2014?])[13], as listas obtidas após as etapas

[13] Conforme relatado em 7 de abril de 2020 pelo vice-presidente da LPE, sr. Aramis Borges, já foram encontrados diversos casos de veteranos da FEB e familiares que apresentaram documentação comprobatória junto à Legião Paranaense do Expedicionário, mas cujos nomes não constavam nas listas do então Ministério do Exército.

anteriores também foram manualmente comparadas com a Relação de Associados da Legião Paranaense do Expedicionário (LPE) (LEGIÃO, [19--]).

7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram encontradas certas divergências entre os dados pessoais, mesmo entre dados oriundos da própria PMPR. E.g., variações na grafia – como Romão Wosniak, também grafado como Roman ou Romam –, datas de nascimento – como Militão Carvalho, nascido em 21/4/1922 (PMPR) ou 17/9/1922 (LPE) – e locais de nascimento – como Pedro Ferraz de Souza, nascido em Curitiba/PR (PMPR) ou Cambará/PR (LPE). Pela experiência do autor, parece algo comum ao período, facilmente constatado em pesquisas genealógicas simples, por exemplo. Entretanto, a similaridade dos dados encontrados para aqueles aqui listados permite afirmar com pequena margem de dúvida tratarem-se das mesmas pessoas.

Ficou claro que os registros existentes sobre os combatentes da FEB não são totalmente confiáveis. Encontraram-se pessoas que não constavam em uma ou outra relação. Os militares Sílvio da Paz e Rafael Joaquim Maximiliano não se encontravam na Listagem da FEB (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [19--]), tampouco em sua versão eletrônica (RELAÇÃO, [2014?]), mas estavam relacionados pela LPE (LEGIÃO, [19-]). Por outro lado, João Batista dos Santos, Moacir Vieira e Silva (ou Moacyr Vieira da Silva) e Moisez (ou Moises) Ribeiro dos Santos constavam na Listagem (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [19--]; RELAÇÃO, [2014?]), mas não na relação da LPE (LEGIÃO, [19--]).

Não foi possível encontrar qualquer registro, além das publicações em Boletins-Gerais que os incluíram, da participação dos militares Antonio Camargo Ribas e Olindo Justino dos Passos junto à Força Expedicionária Brasileira. É possível que ambos tenham composto os escalões da FEB referidos como

“pessoal de praia”, ou seja, militares que foram convocados para a FEB, mas que não chegaram a embarcar para o front italiano.

Isto posto, após a comparação dos dados existentes e coletados, restaram 04 policiais militares que se juntaram à FEB após deixarem a Polícia Militar do Paraná. Estes são listados no Quadro 1, em ordem alfabética. O Sd. João Batista de Souza Brasil foi incluído como “ex-praça desta Polícia Militar [do Paraná]” (PMPR, 1951, p. 1364). Apesar de não estar no escopo desta pesquisa, acabamos nos deparando acidentalmente com seus assentamentos funcionais durante a segunda pesquisa no Arquivo-Geral da PMPR. Brasil pertenceu à Força Pública de 1º de agosto de 1935 a

9 de setembro de 1941, quando solicitou sua baixa, ao término de seu tempo de serviço (PMPR, 1936, p. 278; ID., [19--], p. 191).

Quadro 1 – Integrantes da FEB oriundos da PMPR, excluídos entre de 01/01/42 a 31/03/45.

Nome Completo	**Variações do Nome**	**Data de Exclusão**	**Data de Nascimento**	**Local de Nascimento**
João Batista de Souza Brasil	Baptista	9/9/1941	9/8/1918 ou 10/8/1918	PR/Antonina
Jorge de Souza Brasil	Jorge Souza Brasil	26/5/1942	10/4/1918 ou 01/4/1919	PR/Castro
Romão Wosniak	Romão Roman Wasmiak	1/9/1942	12/7/1917 ou 27/7/1917	RS/Santo Angelo ou RS/Porto Alegre
Wilton Gonçalves	n/a	23/12/1942	30/1/1919	RJ/Niterói

Fonte: o autor.

O Quadro 2, por sua vez, apresenta os dados dos 45 policiais militares incluídos no pós-guerra, oriundos da Força Expedicionária Brasileira, classificados em ordem alfabética de nomes. Consideramos os militares Antonio Camargo Ribas e Olindo Justino dos Passos como oriundos da FEB, considerando a fé pública dos atos de suas inclusões (PMPR, 1948b, p. 793, e ID., 1946, p. 379, respectivamente). Entretanto, fazemos a ressalva, com elevado grau de certeza, de que ambos não embarcaram para o teatro de operações na Europa. Alguns policiais militares incluíram mais de uma vez nos quadros da PMPR durante o período pesquisado.

Nesses casos, relacionamos todas as datas de inclusão.

Quadro 2 – Policiais Militares do Paraná oriundos da FEB, incluídos de 01/03/45 a 31/12/51.

Nome Completo	Variações do Nome	Data de Inclusão	Data de Nascimento	Local de Nascimento
Ales José Mendes Batista	n/a	19/10/1950	7/1/1921	PR/Reserva
Alexandre Salata	n/a	7/5/1948	8/8/1924	PR/Lapa
Antonio Alves de Souza	n/a	13/9/1948	6/6/1921	PR/Santo Antonio da Platina
Antonio Camargo Ribas	n/a	28/5/1948	8/2/1922	PR/Imbituva
Antonio Julio	n/a	23/8/1949	7/7/1923	MG/São João Del Rei
Benedito Mendes	n/a	25/5/1948	20/1/1920	PR/Antonina
Bernardo Francisco da Cruz	n/a	18/5/1948	3/2/1921	PR/Antonina
Durval Rosa	n/a	15/1/1947	20/10/1921	PR/Rio Negro
Durval Soares	n/a	10/6/1948	29/12/1921	PR/Piraquara
Edgard Paranhos	Edgar	10/5/1946	22/7/1922	PR/Imbituva
Florisval Lançoni	Lançone	14/7/1950	18/8/1920	PR/Curitiba
Francisco Ferreira Bueno	n/a	19/4/1948	3/2/1920	PR/Rebouças
Guilherme Airick	Airiek	18/8/1949	18/3/1922	PR/Palmeira
Humberto Pires de Souza	n/a	28/5/1951	25/5/1921	PR/SP/São Manoel
João Antonio de Carvalho	n/a	5/1/1950	11/3/1921	PR/Curitiba
João Batista de Souza Brasil	Baptista	11/9/1951	9/8/1918 ou 10/8/1918	PR/Antonina
João Batista dos Santos	n/a	13/11/1947	24/6/1920	PR/Castro
João da Rosa	n/a	18/10/1948 e 15/05/1950	16/11/1924	SC/Jaraguá do Sul
João Maria Correia da Silva	Correa	14/7/1951	30/9/1922	PR/Araucária ou PR/S. José dos Pinhais
João Pedro Cubas	Pedroso	13/6/1949	20/12/1921	PR/Lapa
Jorge Colaço Barros	Jorghe, de Barros	7/2/1950	16/10/1922	PR/São Mateus do Sul
José Antonio dos Santos	n/a	27/2/1951	26/4/1920	PR/Lapa
José Broboska Susko	n/a	16/1/1947	27/8/1920	PR/Araucária
José Feliciano Travassos	n/a	15/3/1948	15/1/1922	PE/Betânia
Juvêncio Amaral	do Amaral	22/7/1949	28/6/1920	PR/Lapa
Juvino dos Reis	Jovino dos Santos Reis	3/12/1946	18/2/1922	SC/Jaraguá do Sul
Lauro Correa de Freitas	n/a	29/4/1948	15/7/1922	PR/Curitiba

Continua

Quadro 2 – Policiais Militares do Paraná oriundos da FEB, incluídos de 01/03/45 a 31/12/51.
Continuação

Nome Completo	Variações do Nome	Data de Inclusão	Data de Nascimento	Local de Nascimento
Luiz Carias de Oliveira	n/a	17/2/1949	12/10/1924 ou 12/12/1924	PR/Curitiba
Luiz Carlos de Souza	n/a	22/10/1951	29/7/1925 ou 27/7/1925	PR/Antonina
Luiz Singer	n/a	16/3/1950	25/8/1922	PR/São José dos Pinhais
Militão de Carvalho	n/a	30/8/1950	21/4/1922 ou 17/9/1922	PR/Antonina
Moacir Vieira e Silva	n/a	23/10/1948	15/3/1923	ES/Vitória
Modesto Mariano de Brito	n/a	8/5/1948	11/3/1922	PR/Rio Branco do Sul
Moisez Ribeiro dos Santos	Moises	21/10/1948	7/9/1921	PR/Vila Nova
Nicanor Pires de Souza	n/a	17/2/1949	19/10/1922 ou 29/10/1917	SP/Botucatu
Olegário Santana	n/a	18/2/1948	6/3/1920	PR/Paranaguá
Olindo Justino dos Passos	n/a	4/4/1946	18/4/1922	PR/Palmeira
Pedro Ferraz de Souza	Ferraz Souza	10/1/1950	4/1/1921	PR/Curitiba ou PR/Cambará
Rafael Joaquim Maximiliano	n/a	26/4/1951	24/10/1918	SP/Ribeirão Preto
Rodolfo Borges da Rosa	n/a	2/7/1951	17/9/1919	RS/Soledade
Romam Wosniak	Romão, Roman, Wasmiak	10/3/1949	12/7/1917 ou 27/7/1917	RS/Santo Angelo ou RS/ Porto Alegre
Rubens de Oliveira	n/a	21/1/1947 e 26/7/1951	8/6/1918	PR/Paula Freitas
Silvio da Paz	n/a	18/5/1948	2/7/1920 ou 2/12/1920	PR/Curitiba
Tiburcio Machado Pereira	n/a	4/3/1947	14/4/1920	PR/Rio Negro
Zacarias Anacleto Gonçalves	n/a	8/5/1948	22/5/1922	PR/Cerro Azul

Fonte: o autor.

Destacamos o caso do Cabo PM Romão Wosniak[14], que pediu sua baixa logo após a declaração de guerra à Alemanha Nazista, em 1º de setembro de

[14] Também podendo serem encontradas as variações Roman ou Romam, para o nome, e Wasmiak, para o sobrenome – além de diversas outras, que, evidentemente, tratavam-se de erros de grafia. [16] A publicação de sua exclusão informa que se deu em virtude de baixo

1942, voluntariou-se para a FEB e permaneceu em campanha de 22 de setembro de 1944 a 17 de setembro de 1945, junto ao 11º Regimento de Infantaria (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [19--]). Retornou para os quadros da PMPR em 10 de março de 1949.

O Sd. Wilton Gonçalves foi excluído a bem da disciplina em 23 de dezembro de 1942 (PMPR, 1942b, p. 1330). Esteve no teatro de operações italiano no período de 2 de julho de 1944 a 18 de julho de 1945, junto ao Pelotão de Polícia Militar (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [19--]). Segundo os registros da LPE (LEGIÃO, [19-]b), ingressou na Polícia Militar do Estado de São Paulo em data incerta, onde permaneceu até sua passagem para a Reserva da referida força, no posto de Tenente-Coronel.

Outros destaques importantes são os militares feridos na guerra. O Sd. Rubens de Oliveira consta como ferido em campanha, sendo evacuado em 1º de maio de 1945 (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [19--]). No entanto, não constam detalhes sobre seu ferimento em outros documentos consultados (LEGIÃO, [19--]h). Após convalescer dos ferimentos, alistou-se para a PMPR em 26 de julho de 1951.

O 3º Sgt. Jorge de Souza Brasil deixou os quadros da PMPR em 26 de maio de 1942, por ordem[16]. Alistou-se na FEB e embarcou para a Itália em 22 de setembro de 1944, juntamente com o 11º Regimento de Infantaria, também na graduação de 3º Sgt. Foi ferido em combate em Gagio Montano, Itália, em 3 de janeiro de 1945 (LEGIÃO, [19--]d), tendo sido evacuado em 30 de abril de 1945 (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [19--]). Acabou reformado por invalidez em 29 de outubro do mesmo ano (IBID.).

O Sd. José Feliciano Travassos esteve em campanha de 23 de novembro de 1944 a 18 de julho de 1945 (IBID.). Foi ferido em Montese, em 10 de fevereiro de 1945 (LEGIÃO, [19--]f). Quando de seu alistamento na PMPR,

---

desempenho na condução do Destacamento da cidade de Assaí (PMPR, 1942a, p. 566). À época a exclusão do militar podia se dar por uma simples determinação do superior, sem qualquer direito a defesa ou contraditório.

em 15 de março de 1948, apresentava “uma cicatriz no frontal, lado direito, proveniente de um estilhaço de granada” (PMPR, 1948a, p. 354).

Outros feridos em combate que ingressaram na PMPR no pós-guerra são: José Broboska Susko, ferido em Montese, em data incerta (LEGIÂO, [19--]e); Jorge Colaço Barros, ferido em La Serra, em data incerta (LEGIÃO, [19--]j; ID., [19--]c); e

Luiz Carias de Oliveira, ferido em 12 de dezembro de 1944, em Monte Castello (LEGIÃO, [19--]g). A ficha de Ales José Mendes Batista na LPE (LEGIÃO, [19--]b) consta ter sido ferido em campanha, mas não apresenta nenhum dado sobre a ocorrência. A ficha de Olegário Santana na FPE (LEGIÃO, [19--]k) registra a concessão de Medalha de Sangue do Brasil, o que indicaria ferimento em combate, entretanto nenhum registro sobre o ferimento foi localizado.

8 CONCLUSÕES

Atendendo aos objetivos propostos, conclui-se que 03 (três) integrantes da FEB eram ex-policiais militares paranaenses que deixaram a força no período de 1º de janeiro de 1942 a 31 de março de 1945 – outro também era oriundo dos quadros da corporação paranaense, mas fora excluído em período anterior. Também concluímos que 45 (quarenta e cinco) integrantes da FEB se voluntariaram para a Polícia Militar do Paraná no período de 1º de março de 1945 a 31 de dezembro de 1951. Um policial militar deixou a PMPR por ocasião da Guerra e retornou para a PMPR posteriormente. Todos foram relacionados ao longo da pesquisa.

O primeiro policial-militar incluído que efetivamente participou dos combates na Itália foi o Sd. Edgar Paranhos, em 10 de maio de 1946, que esteve no teatro de operações europeu de 23 de novembro de 1944 a 18 de julho de 1945 (MINISTÉRIO

DO EXÉRCITO, [19--]). Nenhum integrante da FEB foi incluído no Corpo de Bombeiros (CB) antes de dezembro de 1946 e após novembro de 1948.

Recordamos que neste intervalo, o Corpo de Bombeiros era independente da PMPR. Assim, é necessário proceder a uma pesquisa documental especificamente nos assentamentos do CB para revelar se algum integrante da FEB se juntou aos bombeiros no período citado.

Apresentamos algumas limitações do presente estudo. Devido às inconsistências apontadas ao longo da pesquisa, não se pôde descartar a hipótese de que não constasse em quaisquer das listas consultadas algum policial militar incluído ou excluído nos períodos pesquisados que possa ter integrado a FEB. Em adição, erros gráficos em diversos documentos, comuns ao período, podem ter interferido nos resultados[15].

Outra limitação encontrada foi o fato de que a Relação de Associados da Legião Paranaense do Expedicionário (LEGIÃO, [19--]a) não contém a totalidade dos integrantes da FEB no Paraná, conforme constatamos nesta pesquisa. Como a lista foi o principal meio utilizado para solucionar casos de homonímias, é possível que algum policial militar paranaense que tenha integrado a FEB e que tivesse um nome comum para a época, tenha escapado ao crivo da pesquisa.

Por fim, faz-se necessário que outros períodos de inclusões sejam estudados. Durante a pesquisa, constatamos a inclusão de policiais militares de até 46 anos de idade – Felix Martins, nascido em 20/12/1900 e incluído em 24/1/1947 (PMPR, 1947, p. 104). No entanto, a Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954 (ESTADO DO PARANÁ, 1954), estabeleceu o limite de idade de 30 anos para ingresso na PMPR. Considerando saber-se que o mais novo integrante da FEB era nascido em 1926, sugere-se, pois, que o período de pesquisa das inclusões na PMPR seja estendido até 31 de dezembro de 1956.

No tocante aos militares feridos em combate na Itália, apresentamos, apenas, as informações encontradas acidentalmente, em documentos consultados ao longo da pesquisa. Muitos dos dados apresentaram

[15] Muitos desses erros beiram o absurdo, v.g. uma publicação em Boletim-Geral de 1944 (PMPR, 1944, p. 1110), em que o nome de um militar incluído como “Manoel Cordeiro de Lima” foi retificado para “Manoel Cardoso da Luz”.

inconsistências, o que torna indispensável pesquisa específica sobre este tópico.

Estudos futuros devem descrever o histórico funcional dos militares relacionados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, David. **O Paraná na História Militar do Brasil**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. 394p.

ESTADO DO PARANÁ. **Lei nº 7, de 10 de agosto de 1854**. [*sic*] Autorisa organisação de uma companhia de força policial. Curitiba: Palácio do Governo do Paranã, 1854. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=20414&codTipoAto=1&tipoVisualizacao=orig inal>. Acesso em: 20 out. 19.

_____. **Decreto nº 24, de 18 de janeiro de 1894**. Transfere para a cidade de Castro a [*sic*] séde do Governo.

ESTADO DO PARANÁ. **Lei nº 1.943, de 23 de Junho de 1954**. Código da Polícia Militar do Estado. Curitiba: Palácio do Governo, 1954. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=localizarAto&codTip oAto=1&nroAto=1943&dataAto=23/06/1954&dataPublicacao=05/07/1954&tipoVisuali zacao=original>. Acesso em: 9 abr. 20.

_____. Arquivo Público. **História administrativa do Paraná (1853-1947)**: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000. 112p.

ESTADO DO PARANÁ. Arquivo Público. **História administrativa do Paraná (18531947)**: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000. 112p.

LEGIÃO Paranaense do Expedicionário. Secretaria. **Relação de Associados**. [Curitiba]: [19--]a.

_____. Secretaria. **Ficha de Ales José Mendes Batista**. [Curitiba]: [19--]b.

_____. Secretaria. **Ficha de Jorge Colaço Barros**. [Curitiba]: [19--]c.

_____. Secretaria. **Ficha de Jorge de Souza Brasil**. [Curitiba]: [19--]d.

_____. Secretaria. **Ficha de José Broboska Susko**. [Curitiba]: [19--]e.

_____. Secretaria. **Ficha de José Feliciano Travassos**. [Curitiba]: [19--]f.

_____. Secretaria. **Ficha de Luiz Carias de Oliveira**. [Curitiba]: [19--]g.

_____. Secretaria. **Ficha de Rubens de Oliveira**. [Curitiba]: [19--]h.

_____. Secretaria. **Ficha de Wilton Gonçalves**. [Curitiba]: [19--]i.

_____. **Resumo Biográfico do Ex-Combatente Jorge Colaço de Barros**. [Curitiba]: [19--]j.

_____. Secretaria. **Ficha de Olegário Santana**. [Curitiba]: [19--]k.

MASCARENHAS DE MORAES, João Batista. **A FEB pelo seu comandante**. 2 ed. Brasília: EGGCF, 1960.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Departamento Geral do Pessoal (Diretoria de Inativos e Pensionistas). **Listagem da FEB**. 6 v. [Brasília]: [19--].

MOURA, Maico José; FERRAZ, Francisco. Memória sobre a guerra: pracinhas paranaenses na Segunda Guerra Mundial. In: SANTOS, Ariovaldo de O. (org.) et al.. **Anais do IX Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas**. Londrina: UEL, 2012. p. 959-969.

PMPR (Polícia Militar do Paraná). **Livro de Registros Funcionais da CE (Companhia Escola)** – Livro 2. Curitiba: 1936.

_____. Livro de Registros Funcionais da CMP (Companhia de Metralhadoras Pesadas) do 1º BI (Batalhão de Infantaria) – Livro 3. Curitiba: [19--].

_____. **Boletim-Geral nº 120**, de 26 de maio de 1942, Curitiba, 1942a.

_____. **Boletim-Geral nº 295**, de 23 de dezembro de 1942, Curitiba, 1942b.

_____. **Boletim-Geral nº 263**, de 24 de novembro de 1944, Curitiba, 1944.

_____. **Boletim-Geral nº 79**, de 4 de abril de 1946, Curitiba, 1946.

_____. **Boletim-Geral nº 19**, de 24 de janeiro de 1947, Curitiba, 1947.

_____. **Boletim-Geral nº 61**, de 15 de março de 1948, Curitiba, 1948a.

_____. **Boletim-Geral nº 118**, de 28 de maio de 1948, Curitiba, 1948b.

_____. **Boletim-Geral nº 106**, de 11 de setembro de 1951, Curitiba, 1951.

RELAÇÃO de todos os Ex-combatentes da FEB.xls. [s.l.]: [2014?]. Planilha eletrônica enviada a <eleuterioneto@gmail.com> por <ivonecruchaki@hotmail.com> em 19 fev. 20.

RIBEIRO, Lucas Cabral. História das polícias militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, São Paulo. **Anais…** São Paulo: ANPUH, 2011.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Organização, preparação e atuação da força expedicionária brasileira na segunda guerra mundial. **Revista do Centro de Estudos Estratégicos do Exército**, v. 12, n. 2, p. 39-52, mar.-maio 2019.

ROSA FILHO, João Alves da. **Combate do Irani**. Curitiba: AVM Cultural, 1998a. Sem paginação.

_____. **Campanha do Contestado**. Curitiba: AVM Cultural, 1998b. Sem paginação.

_____. *[sic]* **Epopéia da Lapa**. Curitiba, AVM Cultural, 1999. Sem paginação.

_____. **Guerra do Paraguai**. Curitiba: AVM Cultural, 2000. Sem paginação.

_____. **Revolução de 1924**. Curitiba: AVM Cultural, 2001.

_____. **Revolução de 1930**. Curitiba: AVM Cultural, 2002.

_____. **Porecatu, Sudoeste e outros episódios**. Curitiba: AVM Cultural, 2003. Sem paginação;

_____. **Revolução de 1932**. Curitiba: AVM Cultural, 2004.

UNISUL

TOLEDO Júnior, João Carlos. **A participação da Polícia Militar do Paraná nos conflitos bélicos**: da Guerra do Paraguai ao Contestado. Curitiba: AVM Cultural, 2017.